

## **GT4 – Estados nacionais e políticas sociais: a economia política do capitalismo contemporâneo**

### **‘Economia da Saúde’ ou ‘Economia Política da Saúde’? Em defesa de uma abordagem crítica marxista**

**Leonardo Carnut**

**Jonas Sona de Miranda Pires**

**Áquilas Mendes**

#### **Resumo**

Discutir o lugar em que o ‘econômico’ foi percorrendo e se consolidando na ‘saúde’ é fundamental para que, especialmente aqueles profissionais que desejam trabalhar na economia da saúde compreendam que há diversos paradigmas/pensamentos econômicos que norteiam a interpretação sobre o objeto do econômico. Neste sentido em que este artigo caminha tentando demonstrar que há diferenças entre ‘Economia da Saúde’ e ‘Economia Política da Saúde’ realizando a defesa de uma abordagem crítica marxista no ensino de economia da saúde. Para isso, optou-se por uma modalidade textual, do tipo ensaio crítica, dividida em três seções. Uma primeira delinea o que se convencionou entender como ‘Economia da Saúde’. A segunda seção trata do caminho da ‘Economia Política’ à ‘Economia Política da Saúde’. A terceira seção foca na constituição da ‘Economia da Saúde’ no Brasil e sua submissão à teoria econômica neoclássica. Por fim, traça-se considerações sobre como conduzir o ensino de economia da saúde para defesa do direito à saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

**Descritores:** Economia Política. Marxismo. Saúde. Crítica. Ensino.

#### **Introdução**

O surgimento da questão da saúde como objeto específico não só da ciência econômica, como também da política econômica é decorrente do avanço do capitalismo e de seus conflitos. Muitas vezes, ao longo do pensamento econômico na trajetória histórica da acumulação do capital, a questão da saúde não é tratada diretamente, mas pode ser interpretada à luz dos argumentos expostos pela diversidade do pensamento econômico. É por isso que discutir o lugar em que o ‘econômico’ foi percorrendo e se consolidando na ‘saúde’ é fundamental para que, especialmente aqueles profissionais que desejam trabalhar na economia da saúde compreendam que há diversos paradigmas/pensamentos econômicos que norteiam a interpretação sobre o objeto do econômico. Nossa preocupação reside em demonstrar que há uma narrativa predominante do pensamento econômico-social na abordagem da saúde, e que sem uma crítica contumaz a ela, é possível dizer que a saúde, compreendida como um direito no Sistema Único de Saúde passa a estar ameaçada.

A preocupação maior parte do ensino sobre economia da saúde e se, outra perspectivas sobre ‘o econômico’ para além daquelas hegemônicas no campo da economia estão sendo ensinadas. Neste ponto, é pertinente lembrar que o ensino dos conteúdos sobre economia faz-

se essencial para quem trabalha na gestão de sistemas de saúde, especialmente porque, apesar de ser estruturante do processo de trabalho em saúde, tradicionalmente existe pouca simpatia dos estudantes em relação a esses conteúdos. Supõe-se que à primeira vista, estudar economia não apareça no horizonte de expectativas de quem se pretende se dedicar ao campo da saúde, no entanto, consideramos que ela é, pelo menos, importante.

O Brasil está há um bom tempo assistindo à adoção de políticas austeras por parte do Estado, com redução dos direitos sociais, especialmente na área da saúde, intensificando mecanismos de mercado e de privatização no seu interior. Desde 1990, nos tempos contemporâneos de supremacia do capital portador de juros (financeiro) no movimento do capitalismo, pode-se dizer que os anos foram marcados por contrarreformas que foram acentuando o desmonte do sistema de proteção social, concebido na Constituição de 1988, em direção aos interesses mercantis. O SUS não ficou imune a esse processo, à medida que o Estado brasileiro não parou de conceder incentivo à iniciativa privada, impondo riscos à saúde universal, com destaque para a introdução de modelos privatizantes de gestão e de subfinanciamento do sistema de saúde.

Especificamente, as medidas implantadas no país, por meio do tripé macroeconômico ortodoxo - metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante -, adotadas pelo governo federal desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) até o Governo Dilma Roussef, vêm envolvendo a redução do nosso sistema de proteção social. Entretanto, o entendimento desse complexo quadro econômico e político necessita de um tratamento histórico sobre como a saúde foi interagindo no padrão do desenvolvimento capitalista brasileiro, com destaque para os efeitos deletérios das contrarreformas adotadas pelos governos federais desde os anos 1990. Pensamos que por estes e outros tantos motivos, o ensino da economia nos cursos de saúde deve ser incentivado, não apenas nas graduações de saúde coletiva como um conteúdo essencial, mas em todas aquelas em que a saúde é o foco.

No entanto ao pensarmos nas pós-graduações, especialmente aquelas que fazem a interface Economia-Saúde, uma preocupação maior está em vigor. Que “tipo” de ‘econômico’ está sendo ensinado nestas pós-graduações? Há uma diversidade/pluralidade de pensamentos econômicos ou a predominância de uma forma de conceber ‘o econômico’ em detrimento de tantas outras? Ao se tratar de uma especialização em economia da saúde, há uma preocupação em explicitar a economia política como centro das discussões em economia, ou reifica-se o social através de abordagens marginalistas das mais diversas? Há uma preocupação em esclarecer que o social é o guia da análise econômica, ou as microinterações entre prestador-usuário é a lógica que guia este ensino? Por fim, a perspectiva crítica da economia, baseada na

economia política crítica, que está alinhada à saúde enquanto direito social no Brasil é o pensamento de escolha ou enfatiza-se a matematização do econômico através de cálculos de custo-efetividade dentre outros?

É neste sentido em que este artigo vai caminhar tentando demonstrar que há diferenças entre ‘Economia da Saúde’ e ‘Economia Política da Saúde’ e realizando a defesa de uma abordagem crítica marxista no ensino de economia da saúde, seja nos cursos de graduação ou na pós-graduação. Assim, este artigo está organizado em três seções. Na primeira, buscou-se apresentar o campo econômico da saúde, com a citação de autores clássicos e a definição de conceitos nesta área científica pouco explorada por profissionais da saúde. Contudo, não foi deixado para trás os eventos históricos que culminaram na construção do SUS, durante os primeiros anos da incipiente democracia brasileira. É impossível negar, que, os ares democráticos e o sistema de saúde que pretendia ser universal, foram, sem dúvida, as maiores conquistas da sociedade, após mais de duas décadas de ditadura empresarial-militar. Entretanto, como veremos, o SUS nasce sob à égide da dinâmica capitalista, em um momento de inflexão do sistema, ou seja, de retomada da hegemonia do grande capital. Com efeito, tivemos a configuração de um sistema de saúde híbrido, conformando dois subsistemas: o público e o privado.

A segunda seção deste artigo trouxe esclarecimentos sobre a delimitação entre “economia política” e “economia política da saúde”. Neste segmento, pudemos sedimentar o caminho para a introdução da economia política da saúde com o resgate dos pensadores clássicos, como Quesnay, Smith, Ricardo e Say, que foram contestados por Marx. O gênio prussiano teve durante boa parte de sua vida intelectual a colaboração de Friedrich Engels. Marx e Engels fundaram a crítica da economia política, onde puderam apresentar novos aspectos das já formuladas teorias econômico-sociais e do valor-trabalho. Nesta direção, os argumentos de Teixeira (2015), exemplificam como Marx pôde aperfeiçoar as teorias já escritas anteriormente. Segundo o autor, Marx as contestou em um nível avançado de conhecimento sobre o sistema capitalista, explorando os diferentes aspectos em torno do trabalho, salário, lucro, renda da terra e capital.

Ainda nesta seção, parte-se a adentrar nos aspectos mais direcionados da economia política da saúde. Dentro deste contexto, utilizamos como referência norteadora a obra de Braga e Paula (1981), além, obviamente, de uma gama de autores conceituados nesta área, indispensáveis para a construção desta seção. Na terceira e última seção deste artigo, abordaremos a teoria econômica neoclássica. Isso se justifica pelo fato de que a teoria neoclássica representa o pensamento hegemônico na economia nos dias atuais. No Brasil, os

neoclássicos, passaram a ser a principal referência acadêmica a partir dos anos 1970. Muito se deve pelo desmembramento da matriz curricular dos cursos de economia nos anos anteriores que teve repercussão no ensino das ciências econômicas em todo o Brasil.

De acordo com Prado (2011), em meados dos anos 1960, o superministro da ditadura empresarial-militar Antônio Delfim Netto, e demais economistas da época, reformularam os currículos dos cursos de Economia, desvincilhando-os de outras graduações, como sociologia, direito e administração, autonomizando o campo em relação ao pensamento social que a informava. A este respeito, Moraes e Torrecillas (2013) confirmam que os economistas neoclássicos recusam a economia como ciência social, pois, negligenciam a complexidade das interações sociais, matematizando-a.

Além dos temas já mencionados, trouxemos para a discussão neste trabalho, o atual protagonismo das teorias econômicas mais radicais provenientes da escola monetarista e neoclássica, bases teóricas do neoconservadorismo. Não é de se surpreender que o aprofundamento do caráter conservador e neofascista (MATTOS, 2017) sinalizado pelo governo eleito de Jair Bolsonaro, aponta tem na economia um dos seus pressupostos e para um aprofundamento ainda mais restaurador (COUTINHO, 2010) das contrarreformas do Estado, justificar a supressão de direitos trabalhistas e sociais é tarefa da qual a economia de seu governo tem como objetivo central. Assim, aniquilar o já incompleto sistema de proteção social nacional (BOSCHETTI, 2016) certamente é uma tarefa na qual um tipo de ‘economia’ será requisitada. Por fim, a tônica deste artigo foi o esforço em dialogar com conceitos relacionados do campo da economia e transpô-los para a saúde, demonstrando a escolha que a ‘economia da saúde’ tem feito preponderantemente.

### **A assim chamada ‘Economia da Saúde’**

Este artigo tem como uma de suas propostas abordar temas vinculados ao campo da economia, mais especificamente, a economia voltada para a saúde. Muitos dos profissionais de saúde não estão empoderados com o conhecimento técnico para compreender com clareza a específica nomenclatura deste campo científico. Foi dedicado mais cuidado e atenção com temas de economia que não são usuais e familiares para a maioria dos profissionais da saúde. Por conseguinte, por entendermos que a leitura deste trabalho não será exclusiva de economistas, foi proposto, nesta seção, trazer à luz conceitos, citações, definições e referências que possam facilitar a compreensão das particularidades que caracterizam as diferentes escolas de pensamento econômico e sua produção científica e literária no campo da economia da saúde.

Não se deve desconsiderar ou ignorar os eventos históricos e políticos que de certa forma provocaram ao longo da dinâmica de desenvolvimento e construção do Sistema Único de Saúde (SUS) o seu constrangimento. Sobre isto, cabe uma breve observação, especificamente sobre as questões orçamentárias que remetem ao crônico asfixiamento financeiro e estrutural pelo qual o SUS vem perecendo, assim como o seu desmonte proposto e executado pelo próprio Estado Nacional refém do capitalismo internacional. O SUS, talvez tenha sido a maior conquista da sociedade brasileira no período de pós-redemocratização, no entanto, nasceu dentro de um contexto histórico-social amplamente desfavorável, em um dos momentos mais sensíveis da história econômica e política latinoamericana, como a hiperinflação e a crise da dívida externa.

Os ventos nas décadas de 1980 e 1990, assopravam em favor do pensamento econômico neoliberal, implementado no Brasil por economistas monetaristas ortodoxos provenientes da escola de Chicago<sup>1</sup>. Para Harvey (2008), as universidades dos Estados Unidos foram e são campos de treinamento e aprofundamento das teorias neoliberais para muitos jovens economistas estrangeiros que levaram aquilo que aprenderam para os seus países de origem. Portanto, nos quase 30 anos de existência do SUS o capital portador de juros manteve-se soberano no movimento de valorização do capital, oriundo, em parte da grande disseminação do pensamento econômico neoclássico por estes economistas. Sua atuação vem marcando presença destrutiva nos orçamentos do fundo público, apropriando-se de recursos e introduzindo mecanismos de mercantilização no interior desse nosso sistema de saúde (MENDES, 2015).

A crise nos sistemas de proteção social, assim como toda a balbúrdia provocada pela lógica privatista e liberal imposta ao sistema de saúde brasileiro provocou constrangimentos que foram duramente impostos ao SUS recém-criado. Mendes e col. (2017, p.842), também dialogam com estas questões que dizem respeito a desigual disputa de forças prescrita pela agenda neoliberal frente ao desafio de construção do SUS:

“Vivemos há quase trinta anos sob a égide de tensões e embates para assegurar o desenvolvimento de uma política pública universal da saúde, instituída na Constituição de 1988. Trata-se de período caracterizado por mudanças significativas, marcado, em primeira instância, pelo triunfo de uma política neoliberal que vem assegurando uma racionalidade de “retorno ao mercado” nas políticas econômicas e sociais e, em última instância, por alterações no movimento

---

<sup>1</sup>Por causa de sua adesão às suas teorias neoliberais, Milton Friedman, então professor da Universidade de Chicago, foi chamado para ajudar a reconstruir a economia chilena. Os Estados Unidos vinham financiando o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde os anos 1950 como parte de um programa da Guerra Fria destinado a neutralizar tendências esquerdistas na América Latina (HARVEY, 2008, p.17). Posteriormente, a influência do pensamento neoliberal se espalhou por toda a América Latina, tendo no Chile o laboratório experimental deste processo.

do capital, em que o capital financeiro, principalmente na sua forma mais perversa, de capital fictício, manteve-se soberano entre as diferentes modalidades - industrial e comercial. Sua forma de atuação tem, entre outros efeitos, prejudicado os orçamentos do fundo público, o que compromete a manutenção dos direitos associados ao Estado Social” (MENDES e col., 2017, p. 842).

De acordo com Viana e Baptista (2012, p.73), a crise nos sistemas de proteção social dos anos 1990, provocou a discussão nos modelos adotados até então, gerando propostas para a reforma dos sistemas de saúde. Para os autores, as pautas deste debate foram direcionadas no sentido da austeridade, além da análise da eficácia e efetividade na condução das políticas públicas de saúde. Por outro lado, também ganha notoriedade neste debate, a análise conduzida sob o olhar marxista, apoiada principalmente por uma base teórica sociológica e econômica para discutir o setor saúde (VIANA, BAPTISTA, 2012).

Para compreendermos toda a dinâmica da saúde dentro deste complexo contexto sob o capitalismo mundial, faz-se necessário o aprofundamento de nosso conhecimento em uma área nova, de fato, pouco explorada por profissionais provenientes da saúde que se propõem estudar a saúde pública no Brasil.

Viana e Baptista (2012), sintetizam o surgimento e o propósito deste campo do conhecimento econômico no texto destacado a seguir:

“A economia da saúde surgia, no contexto dos países centrais, como uma área de especialização da economia com a proposta de contribuir para a construção de uma lógica programada dos recursos e para uma maior racionalização dos sistemas de saúde. O setor saúde começou a ser entendido dentro do modelo protetor como a área gastadora e ineficiente na gestão dos recursos. O fato é que, no correr da segunda metade do século XX, os sistemas de saúde tornaram-se cada vez mais complexos em um contexto de transformações nos perfis de saúde e doença, de mudança populacional e crescente incorporação tecnológica. Em três décadas este setor passou a ocupar papel de destaque na economia dos países gerando emprego, demandando investimento, movimentando boa parcela de recursos dos Estados. No contexto das políticas de proteção, o setor saúde configurava-se como uma área crítica, seja pela sua vertiginosa expansão no período, seja pela perspectiva de manutenção desse mesmo padrão nos anos subsequentes, conferindo grande especificidade a essa área de política pública” (VIANA; BAPTISTA, 2012, p. 73).

Em concordância com os autores, compreende-se que a economia da saúde é um ramo econômico que se direciona ao estudo de assuntos relacionados à própria saúde, como a formulação de políticas públicas específicas para este setor. No entanto, as questões relacionadas à racionalização e ineficiência são especificidades de cada sistema de saúde e como eles consideram a saúde do ponto de vista legal e político. Neste sentido, há um longo caminho a se refletir.

## Da ‘Economia Política’ à ‘Economia Política da Saúde’

Os trabalhos produzidos pelos pensadores econômicos políticos buscam a compreensão das relações entre os homens na reprodução da vida material. Esta perspectiva, que é científica, ganha corpo na longínqua formação dos estados nacionais, e, segundo Pereira (1979), foi neste período que se trata a predominância do capital industrial competitivo, a partir da segunda metade do século XVIII, foi à condição essencial para o desenvolvimento da economia política enquanto ciência.

Filgueiras e Mearman (2018) vão ao encontro do pensamento de Pereira (1979), quando os autores configuram a Economia Política como uma ciência singular que iniciou-se no século XVIII

“Distinta da moral, da religião, da ética, da política e do direito –, é um produto direto e genuíno do capitalismo; surgiu na Europa no século XVIII, e ali desenvolveu-se inicialmente, com o intuito de pensar, entender e explicar a natureza e o funcionamento desse modo de produção. As suas várias escolas de pensamento (mercantilistas, fisiocratas e clássicos), bem como a “Crítica da Economia Política” formulada por Marx, tinham por objeto de estudo comum – apesar de suas divergências epistemológicas, de método e compreensão – as **relações sociais** e a forma de produção e distribuição da riqueza no novo modo de produção, que estava substituindo o antigo modo de produção feudal. Em suma, estavam preocupadas com a investigação da estrutura e dinâmica da economia capitalista (as suas leis de funcionamento), tal como esta então se configurava e se desenvolvia concretamente na Europa.” (FILGUEIRAS, MEARMAN, 2018, p. 149, grifo nosso).

De acordo com Netto e Braz (2006), a expressão “economia política”, aparece pela primeira vez em 1615, quando Antonie Montchétien (1575-1621) publica a obra “Tratado de Economia Política”. Os autores apontam que o termo também está presente nas obras de François Quesnay (1694-1774), James Stuart (1712-1780) e Adam Smith (1723-1790). No entanto, seria apenas na aurora do século XIX que passaria a designar um determinado corpo teórico (NETTO, BRAZ, 2006).

Sobre este aspecto, Pereira (1979) compreende que o capitalismo e o poder transformador da força de trabalho, que converte bens e insumos em mercadorias para serem vendidas aos mercados, rompe com o monopólio da força e vontade divina do soberano; a burguesia cria as condições que lhes são favoráveis para a competição no mercado. O autor prossegue ao alertar que este novo evento irá permitir aos grandes economistas clássicos já mencionados por Netto e Braz (2006), - Smith, Quesnay, Ricardo, Say e principalmente Marx, - desvendar a natureza do funcionamento econômico do sistema capitalista (PEREIRA, 1979).

Netto e Braz (2006) também conseguem sintetizar com clareza a leitura dos economistas clássicos nas impressões que se referem às questões relativas ao mundo do trabalho e a crise do Antigo Regime, como pode se conferir abaixo:

“Os maiores representantes da economia política clássica, Smith e Ricardo, a despeito das diferenças entre suas concepções teóricas, encontram-se nitidamente duas características centrais da teoria que vinha se elaborando há quase duzentos anos. A primeira delas refere-se à natureza mesma dessa teoria: não se tratava de uma disciplina, especializada, que procurava recortar da realidade social um objeto específico (o econômico) e analisá-lo de forma autêntica. Para os dois autores mencionados, como para vários daqueles que os precederam, centrando a sua atenção nas questões relativas ao trabalho, ao valor e ao dinheiro, à economia política interessava compreender o **conjunto das relações sociais** que estava surgindo na crise do Antigo Regime – e naquelas questões “se explicitavam, de forma irrecusável, as transformações em curso na sociedade, a partir da generalização das relações mercantis e de sua extensão ao mundo do trabalho” (NETTO, BRAZ, 2006, p. 17, grifo nosso).

Ao explorar as ideias que dizem respeito aos primórdios da economia política, Kon (2007), concorda com os demais autores (Pereira; Filgueiras; Mearman; Netto; Braz), pois concebe que, mesmo que a contribuição do campo da economia política venha desde o período mercantilista e dos fisiocratas, é por meio dos autores clássicos<sup>2</sup> que a orientação das análises teóricas se aprofunda nas questões relacionadas ao trabalho, na agricultura, indústria e valor (KON, 2007).

Outra característica apontada por Netto e Braz (2006) a respeito dos pensadores em economia política, é a forma como estes lidam com as seguintes instituições e categorias econômicas: dinheiro, capital, lucro, salário, mercado, e propriedade privada. Os autores argumentam que as categorias citadas foram descobertas pela razão humana, sendo eternas e invariáveis<sup>3</sup>, conforme o trecho destacado abaixo:

“Eles as entenderam como categorias e instituições **naturais** que, uma vez descobertas pela razão humana e instauradas na vida social, permaneceriam eternas e invariáveis na sua estrutura fundamental. Esse entendimento, os clássicos deviam-no à inspiração das concepções próprias do **jusnaturalismo moderno**, extremamente influente na Europa Ocidental dos séculos XVIII e que marcou vigorosamente a teoria política liberal (ou o liberalismo clássico), cujo grande representante foi o inglês John Locke (1632-1704).” (NETTO, BRAZ, 2006, p.19, grifo nosso).

---

<sup>2</sup>A Riqueza das Nações de Adam Smith, e os Princípios de Ricardo, são os grandes divisores de águas no desenvolvimento das ideias econômicas, representando a transição da antiga para a moderna Economia (MARSHALL, 1996, p. 06).

<sup>3</sup>Marx historicizou as categorias manejada pelos clássicos, rompendo com a naturalização que as pressupunha como eternas; e pôde fazê-lo porque empregou na sua análise um método novo - o método crítico – dialético, conhecido como materialismo histórico (NETTO, BRAZ, 2006, p. 25).



Sobre, exclusivamente a seara dos economistas clássicos, e à crítica direcionada à economia política, Teixeira (2015), compreende que Marx soube como se basear com o legado produzido por nomes como Adam Smith e David Ricardo, pois, na prática, ele pôde aperfeiçoar teorias já escritas anteriormente e contestá-las em um nível avançado de conhecimento sobre o sistema capitalista jamais visto, até então. Ainda, segundo o autor, Marx explora os diferentes aspectos em torno do trabalho, salário, lucro, renda da terra e capital (TEIXEIRA, 2015).

A crítica de Marx sobre as demais escolas do pensamento econômico clássico demonstrou as contradições do modo de produção capitalista, e portanto suas fragilidades. A sua genialidade, trouxe à luz o antagonismo de interesses das diferentes classes sociais. Em sua obra, Marx denunciou a luta desigual entre os atores opressores *versus* os oprimidos, ou seja, os detentores dos meios de produção de um lado e os trabalhadores do outro, a estes, cabendo apenas à venda da sua força de trabalho explorado pelo capitalista em troca de sua sobrevivência assalariada, configurando-se assim, a eterna luta de classes. No campo das relações sociais e do trabalho, Marx divergiu profundamente de Smith e Ricardo, a despeito do que ambos entendiam como a origem do lucro<sup>4</sup> sem considerar de onde ele provém (FILGUEIRAS, MEARMAN, 2008).

Para Netto e Braz (2006), a economia política aborda questões ligadas diretamente a interesses materiais (econômicos e sociais) e, em face deles, não há nem pode haver neutralidade: suas teses e conclusões estão sempre conectadas a interesses de grupos sociais. Da mesma forma, Pereira (1979), concebe que a economia política, deixa de ser apenas uma área da economia que formula leis. Para o autor é um dever com a sua própria realidade histórica e suas proposições para modificá-las.

A saúde, que é o objeto principal deste trabalho, também será analisada sob esta perspectiva econômico-social, e não será dissociada da política. De acordo com Viana e col. (2007), a associação entre economia e política – deriva em grande parte da escola marxista, segundo os autores. Este entendimento favorece a compreensão dos fenômenos sociais, por meio da visão conjunta entre economia e política, Estado e mercado, público e privado e suas consequências sobre a saúde. Sobre esse aspecto, os autores argumentam:

---

<sup>4</sup>A obra de Marx, completa e corrige a de Ricardo, ao desvendar e destacar a exploração e, então, a verdadeira origem do lucro. Enquanto Ricardo, introduzindo o trabalho indiretamente contido nos meios de produção (capital constante para Marx) relaciona sua propriedade ao recebimento do lucro, sem considerar de onde ele provém; Marx atribui o lucro ao trabalho vivo (trabalho diretamente usado na produção, para Ricardo), destacando a qualidade de mercadoria da força de trabalho, cuja especialidade é gerar um valor superior ao seu próprio, este último determinado (MOLLO, 2013, p. 48).

“Não desconhecemos os importantes aportes que a economia da saúde trouxe para a melhor compreensão do funcionamento do setor, enquanto produtor de bens e serviços, destacando-se desde os estudos no campo da macroeconomia como perfil do gasto público em saúde e suas relações com o PIB e os padrões de desenvolvimento econômico, bem como os microeconômicos, voltados para melhor conhecer as formas de organização e desempenho das unidades produtoras de saúde” (VIANA e col., 2007, p. 09).

Mesmo considerando esta visão dicotômica entre macro e micro (VIANA e col, 2007), a perspectiva política da economia, quando tomada em sua forma de sociabilidade, compreendemos, que, no setor saúde, essa crítica foi melhor construída por Braga e Paula.

Mesmo tendo sua obra de referência publicada há 28 anos, esta não foi corroída pelo tempo, permanece atual, e a posicionamos como referência na construção deste capítulo que trata sobre a economia da saúde. Os autores permeiam, em seu texto, todas as etapas de desenvolvimento social e econômico em amálgama com o pensamento em saúde coletiva, viajando desde o mercantilismo até o desembarque no capitalismo moderno. Em seu trabalho, foi muito bem explorado as nuances do capitalismo contemporâneo, como, a hegemonia da ideologia econômica neoclássica.

Com efeito, consideramos a produção literária dos autores como sendo de vanguarda para o estudo da economia da saúde em uma perspectiva crítica. Por certo, posteriormente a Braga e Paula uma nova gama de intelectuais se dedicou na produção de trabalhos voltados para a economia de saúde, contudo, ainda ancorados em uma perspectiva hegemonicamente neoclássica.

De acordo com Braga e Paula (1981, p. 01), no curso da história do capitalismo, a questão da saúde não só cresce como problema coletivo como também ganha espaço no pensamento econômico-social. A respeito desta questão, os autores esclarecem:

“O efetivo surgimento da questão da saúde como objeto específico não só da ciência econômica como também da política econômica é resultado, acima de tudo, do avanço do capitalismo e de seus conflitos. Desta forma, não é por acaso que a escola neoclássica apresenta hoje um considerável nível de sistematização acerca do problema: tal conhecimento é um pré-requisito para que o Estado capitalista, admitidas as diferenciações nacionais, molde a seu feitio as políticas de atenção à saúde. Mas o avanço do capitalismo não leva água apenas para o moinho da escola neoclássica; também os seus críticos passam a se preocupar cada vez mais com o tema da saúde.” (BRAGA, PAULA, 1981, p. 01).

De acordo com Sestelo (2018), Braga e Paula (1981) entendem que a saúde emerge como questão social na primeira fase do desenvolvimento capitalista brasileiro, ainda no bojo da economia exportadora cafeeira do início do século XX. O autor deixa claro o que foi explanado no texto destacado:

“Braga e Paula referem-se concretamente ao controle de endemias e problemas gerais de saneamento nos núcleos urbanos que surgem no processo de acumulação cafeeira. Entre as medidas oficiais de controle e regulamentação do mercado de trabalho, os autores relacionam a exigência de autorização dos pais para emprego de menores de 18 anos em 1917 e a promulgação da lei de indenização por acidentes de trabalho nas companhias de transporte, nas de construção civil e nas fábricas em 1919. No mesmo ano, são criadas as companhias privadas de seguro do trabalho e que, a partir de então, se constituirão em foco de resistência a uma política securitária por parte do Estado.” (SESTELO, 2018, p. 61).

Carnut e Mendes (2018) destacam que no texto de Braga e Paula (1981) estes autores iniciaram seu trabalho clássico, e, que nos é referência fazendo menção à diferença entre os autores mercantilistas dos economistas clássicos, entre eles Adam Smith e Ricardo, como já mencionado neste capítulo. Os autores britânicos são responsáveis pela discussão da formação e da distribuição do valor, conectados ao seu tempo histórico, do capitalismo industrial. Ainda explorando os argumentos de Carnut e Mendes (2018), os mercantilistas, por serem “seres políticos”, buscavam interferir na atividade do Estado, a fim de instrumentalizar ideias que pudessem contribuir para o enriquecimento das nações.

Especificamente sobre o mercantilismo, para Braga e Paula (1981), os proeminentes estudiosos da época já se dedicavam no estudo dos fatores condicionantes de saúde, conforme trecho do texto abaixo:

“Dentre os pensadores mercantilistas, deve ser dado destaque a William Petty (1623-1687), considerado por Marx como o "fundador da moderna economia política", por ter sido o primeiro a atribuir ao trabalho a origem do valor. Pensador eclético, médico entre outras atividades [...] Petty percebia claramente as vinculações sociais de vários problemas de saúde. Não lhe bastava reconhecer que a fertilidade natural e a população eram condições básicas para a prosperidade nacional. Para ele, a aceitação de tal premissa ia de par com a responsabilidade de remover os principais impedimentos ao completo desenvolvimento de tais recursos. Um aspecto importante desta responsabilidade era a criação de condições que promovessem a saúde, evitassem a doença e tornassem o cuidado médico acessível a todos que dele necessitassem. É interessante destacar que Petty reduz aqui a vida humana à sua capacidade de trabalho - que é o escravo, senão força de trabalho despida de qualquer outro significado vital? Séculos depois, os neoclássicos incidirão em modalidade similar de raciocínio; sem poder se dar ao luxo de uma formulação explicitada como a de Petty, também eles veem o ser humano apenas como capacidade de trabalho: na teoria do capital humano, o homem é reduzido a mero elemento da produção. As teorias de Petty sobre as implicações sociais e econômicas dos problemas de saúde são a mais significativa contribuição inglesa nesta área do pensamento social anterior ao século XIX. Discípulo de Hobbes em sua teoria política, Petty aceitava a tese de que o governo estava justificado ao desenvolver medidas políticas ou institucionais pelas quais aumentasse o poder e a riqueza nacionais, reconhecendo ao mesmo tempo que cabia à política pública objetivar a melhoria dos padrões de vida da população; esta deveria ser tão numerosa quanto possível, mas composta de pessoas saudáveis e felizes.” (BRAGA, DE PAULA, 1981, p. 05).

Carnut e Mendes (2018), novamente apoiados em Braga e Paula (1981, p. 07), argumentam as contribuições e limitações do mercantilismo em três aspectos: o primeiro, diz respeito que a saúde é uma questão socioeconômica, extravasando os limites da prática médica; o segundo nos remete a ideia de encarar a saúde como problema de administração pública (negócio de política econômica) e por fim, a intervenção encontra limites por se tratar de um incipiente conhecimento da prática médica e do baixo nível de organização administrativa do Estado.

Evidentemente, a contribuição dos mercantilistas para a formação do pensamento voltado para a saúde coletiva não pode ser colocado em pé de igualdade com a produção dos autores neoclássicos para o setor. A elaboração de um pensamento econômico que mais facilmente se alinhou ao desenvolvimento do capitalismo nos países centrais e sua busca por domínio transfronteiriço consolidou a versão neoclássica no setor saúde (Braga e Paula, 1981). Estes atores do campo econômico fazem parte do *mainstream* dos economistas, ou seja, pertencem ao grupo ideológico econômico hegemônico na atualidade.

Não obstante, Braga e Paula (1981, p. 08), analisam também as etapas evolutivas do capitalismo e concomitantemente apontam para a melhora da saúde das populações a longo prazo, considerando que o avanço das forças produtivas melhora a saúde e a melhoria das condições materiais de vida. Esta afirmação deve ser refletida com a devida cautela, pois os próprios autores reconhecem que no período inicial da revolução industrial, a mortalidade do trabalhador era demasiadamente alta, por questões relacionadas aos baixos salários, à subnutrição, jornadas exaustivas de trabalho e ambiente insalubre no parque fabril, este, desprovido de qualquer equipamento de proteção para os trabalhadores, e a cidades industriais, poluídas, com aglomerações populacionais vivendo em moradias precárias sem saneamento básico. Sobre as questões relacionadas à saúde do trabalhador e mencionadas neste parágrafo, os autores esclarecem com os seguintes argumentos:

“Todos os dados mostram que a expansão capitalista leva a um grande aumento da produção, cuja taxa de crescimento largamente ultrapassa a demográfica (afastando assim o fantasma malthusiano) e resultando disto melhoria das condições materiais de vida e, portanto, melhoria de saúde. Entretanto, a mesma certeza não se pode ter em situações específicas e em prazos curtos. Na realidade, a elevação do produto social é condição necessária, mas não suficiente, para o aumento do consumo. Para tal, é necessário que se assegure também alguns mecanismos de distribuição de tal produto; caso contrário, é possível coexistirem, como no Brasil da década de 70, elevação do produto e deterioração das condições de vida [...] A questão dos salários, como se sabe, foi solucionada apenas no longo prazo, numa luta política cujos resultados não se fizeram sentir de imediato. Entretanto, deve-se levar em conta que a reivindicação fundamental dos

trabalhadores na época da Revolução Industrial era, mais do que o salário, a redução da jornada e a melhoria das condições de trabalho. E aqui, pressionado politicamente, o Estado foi obrigado a agir mais diretamente: em 1833, por exemplo, foi votado o “Factory Act” que, embora relativamente ineficaz, marcou o início real da legislação fabril na Grã-Bretanha. As condições de existência da população trabalhadora inglesa atingiram um estágio tal de deterioração e aviltamento que o perigo de disseminação de epidemias entre as classes dominantes e as pressões políticas dos trabalhadores terminaram por obrigar o Estado a se preocupar com medidas efetivas para a diminuição da mortalidade. Ademais, os níveis de mortalidade e morbidade pareciam ameaçar o próprio processo de acumulação de capital, como nos diz um industrialista da época.” (BRAGA; PAULA, 1981, p, 08- 09).

Enfim, de acordo com Braga e Paula (1981), os economistas clássicos direcionaram a sua atenção para as questões de formação e da distribuição do valor, buscaram realizar uma teoria da produção, uma teoria da repartição da renda, sendo assim, estão conectados com a realidade de sua época, a do capitalismo industrial. Contudo, desconsideraram a crítica necessária às contradições geradas pela própria sociabilidade capitalista, reduzindo ‘o social’ ao ‘econômico’ e buscando a autonomização do ‘econômico’ que permita vida próspera ao capitalismo emergente.

### **A ‘Economia da Saúde’ no Brasil e sua submissão à teoria econômica neoclássica**

Não resta dúvida de que nos tempos atuais, o mundo está sob uma estrondosa tempestade, que trouxe, novamente, e, com brutalidade, o protagonismo das teorias econômicas mais radicais provenientes da escola monetarista e neoclássica. O Brasil está posicionado no centro desta tormenta.

Após o recente e conturbado processo eleitoral de 2018, um novo governo, de extrema-direita, tomou posse em 2019. Os atores políticos vencedores do pleito já demonstram que sua administração será de orientação econômica ultraliberal, carregada de retórica misógina, homofóbica, fascista e autoritária. A valer, espera-se, o aprofundamento das contrarreformas do Estado, com a supressão de direitos trabalhistas e sociais, e, assim, aniquilar o já precário sistema de proteção social; sobre este aspecto, Mendes e col. (2017), compreendem que o ataque aos direitos sociais é imposto pela articulação com a fase do capitalismo sob dominância do capital financeiro e sua crise contemporânea atual.

Mesmo, com a guinada para a extrema direita como ocorreu no Brasil, e da clara sinalização para os agentes do mercado de qual será a política econômica para os próximos anos, o protagonismo hegemônico neoliberal na construção das agendas econômicas voltadas para a saúde não é um novo paradigma que pairou repentinamente sobre a América Latina. De

acordo com Bertollozi (1996), sob a ótica do neoliberalismo “não se admite o conceito de direitos sociais; a condição de mercadoria da força de trabalho é reforçada, assim como a mercantilização dos bens sociais”.

Filgueiras e Mearman (2018) compreendem que a atual hegemonia econômica liberal é sustentada e viabilizada pelo controle ideológico nas escolas de economia, assim como o poder político e da mídia que servem ao grande capital:

“As razões para a existência dessa hegemonia estão localizadas tanto no interior quanto fora da academia: vão desde o poder político-midiático do grande capital na sociedade, passando pelo caráter instrumental (e adequado ao senso comum) desse conhecimento, até o controle de instâncias institucionais que contribuem para reproduzi-lo e legitimá-lo internamente à academia: agências de fomentos-avaliação (CAPES e CNPq) e o *ranking* de classificação de revistas e periódicos.” (Qualis Periódicos) (FILGUEIRAS; MEARMAN, 2018, p. 147).

Ainda, de acordo com os autores, existem dois elementos que foram sistematicamente implementados na academia que corroboram com a manutenção do *status quo* neoclássico na formação dos futuros economistas; o primeiro, diz respeito à fundamentação dos cursos de Economia com base apenas em autores e literatura que não oferecem aos discentes uma visão crítica, e, o segundo, tem relação ao processo de seleção dos docentes, onde o padrão estabelecido segue a norma do *mainstream* da profissão (FILGUEIRAS; MEARMAN, 2018).

Prado (2001) corrobora com os argumentos apresentados por Filgueiras e Mearman (2018), para o autor a difusão do pensamento neoclássico no Brasil ocorreu a partir dos anos 1970, com uma perspectiva acadêmica que despreza a crítica e a política, e, em contrapartida, contemplava invariavelmente significativa carga de Matemática e Estatística, disciplinas estas necessárias à formação ortodoxa (PRADO, 2001). O autor prossegue em sua análise, e esclarece que desde 1966, um grupo formado por proeminentes economistas da época, entre eles, o influente ministro da ditadura empresarial-militar Antônio Delfim Netto, conseguiram reformular os currículos dos cursos de Economia, desvencilhando-os de outras graduações, como sociologia, direito e administração. O autor nos traz mais elementos elucidativos sobre isto, no texto em destaque:

“Em 1966, um grupo de importantes economistas, alguns ligados à ditadura militar implantada há dois anos, procurou encontrar os caminhos da consolidação do ensino de Economia no país, nos moldes anteriormente aludidos. Reunidos no Encontro de Itaipava (RJ), Antônio Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen, Isaac Kerstenetsky, entre outros, traçaram novos rumos para o desenvolvimento da ciência econômica no país, visando a emancipá-los do domínio até então exercido por outras disciplinas como Sociologia, Direito, Administração etc. Determinaram, então, como principais objetivos reformular os currículos dos cursos de Economia e iniciar a formação e treinamento de professores para esses cursos mediante a criação de centros de pós-graduação no Brasil, e treinamento de estudantes e

docentes, inclusive por meio da realização de doutorado no exterior, especialmente nos Estados Unidos. A finalidade era, segundo Delfim Netto, “estabelecer as condições de um ensino que cubra as partes essenciais da moderna teoria econômica”. Para atingir esses objetivos, no final dos anos 60 e começo dos 70 foram enviados dezenas de jovens graduados em Economia para estudar no exterior, muitos dos quais financiados por recursos ligados ao Acordo MEC-USAID<sup>5</sup>. Os “peagadês” brasileiros, como vieram a ser chamados, que voltaram na década de 70, instalaram-se principalmente em instituições estritamente de pesquisa, como o IBRE (Instituto Brasileiro de Economia) e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ou em instituições mistas de pesquisa e ensino, como o IPE e a EPGE. Uma parte menor espalhou-se pelos novos cursos de pós-graduação das universidades federais, formando núcleos de pesquisa que não raramente se vinculavam também a órgãos de gestão, planejamento e desenvolvimento econômico, seja do governo federal seja de governos estaduais.” (PRADO, 2001, p. 14).

Portanto, percebe-se que a manutenção da predominância da escola neoclássica está bem alicerçada na academia, assim, evidentemente, cérebros e corações são conquistados durante a graduação dos futuros economistas. No que tange aos conceitos propriamente ditos sobre a teoria econômica em discussão, para sua melhor compreensão o primeiro passo é nos familiarizarmos com as diretrizes que materializam o pensamento neoclássico, e conseguir diferenciá-lo do pensamento clássico. Este exercício de contraposição entre duas vertentes econômicas foi bem executado por Prado (2001):

“Para definir os contornos da teoria neoclássica, é preciso contrapô-la à teoria clássica. Esta última caracteriza-se por analisar o sistema econômico principalmente no âmbito da produção, e numa perspectiva de longo prazo. Nessa situação em que se faz abstração dos desequilíbrios e das flutuações de curto prazo, as taxas de lucro calculadas em relação aos preços de oferta dos bens de capital são uniformes, assim como são uniformes as remunerações da força de trabalho e dos recursos naturais considerados qualitativamente homogêneos. Pressupõe-se que haja livre competição, e que não existam barreiras à entrada nas diversas indústrias [...] Os economistas clássicos, assim como Marx, acreditavam que o sistema econômico funcionava sob uma lei de tendência à igualação das taxas de lucro nos diferentes setores e ramos da economia. Segundo eles, os capitais, principalmente na forma monetária, saíam dos ramos com taxas de lucro mais baixas, para entrar naqueles com taxas de lucro acima da média. E isto ocorria devido à ação dos

---

<sup>5</sup>Nome de um acordo que incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Os convênios, conhecidos como acordos MEC/USAID, tinham o objetivo de implantar o modelo norte americano nas universidades brasileiras através de uma profunda reforma universitária. Segundo estudiosos, pelo acordo MEC/USAID, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque caberia a ele forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política norte-americana. Além disso, visava a contratação de assessores americanos para auxiliar nas reformas da educação pública, em todos os níveis de ensino. A discordância com os acordos MEC/USAID se tornaria na época a principal reivindicação do movimento estudantil, cujas organizações foram em seguida colocadas na clandestinidade. Alguns setores acreditavam que o convênio com os Estados Unidos levaria à privatização do ensino no Brasil. Diante da violenta oposição levantada nos meios intelectuais e estudantis contra os acordos MEC/USAID, o governo criou, em 1968, um Grupo de Trabalho encarregado de estudar a reforma e propor um outro modelo (MENEZES; SANTOS, 2001), disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/mec-usaid/>.

empresários capitalistas que buscavam persistentemente a valorização de seus capitais no mais alto nível possível. Dada a alta mobilidade do capital e uma certa mobilidade da força de trabalho, a alocação dos capitais nos diversos setores industriais e agrícolas acabava gerando uma tendência para a uniformização das taxas lucro e das remunerações dos demais agentes da produção. Neste sentido, os preços de produção apareciam para eles, ao mesmo tempo, como possibilidades que são reais porém improváveis. De qualquer modo, eles funcionavam como centros de gravidade dos preços de mercado, que supostamente refletiam as condições contingentes do processo econômico em cada lugar e a cada momento do tempo.” (PRADO, 2001, p. 10-11).

Sobre a teoria neoclássica, Prado (2001) deixava ainda mais claro:

“A teoria neoclássica em sentido amplo nasceu em diversos países, sob culturas econômicas diferentes, quase ao mesmo tempo – ou seja, na década de 1870. Entre os pioneiros acham-se Hermann Heinrich Gossen, na Alemanha; Carl Menger, na Áustria; Léon Walras, na Suíça; Stanley Jevons e Alfred Marshall, na Inglaterra. Todos esses autores centraram sua análise num indivíduo genérico isento de relações sociais, que busca atender ao seu próprio interesse, e que se orienta invariavelmente por suas preferências subjetivas. Sobre essa base, erigiram o que veio a ser chamado de microeconomia, um ramo da teoria econômica que se concentrou inicialmente na análise do mercado de concorrência, no qual cada agente econômico pode ser tratado como independente dos demais. A teoria neoclássica, em geral, teve desde o início o objetivo central de mostrar como um mercado funciona quando tais átomos sociais dançam, por assim dizer, a música dos preços.” (PRADO, 2001, p. 10-11).

Moraes e Torrecillas (2013) sintetizam com fluidez o pensamento econômico neoclássico. Para os autores, há, principalmente, incapacidade das políticas calcadas na ortodoxia econômica em gerar equidade social e justiça econômica. Os conceitos teóricos esvaziam o foco analítico de como vias jurídicas e institucionais influenciam a economia. Nesse ponto, os neoclássicos negam a influência que a elite financeira e política possuem na construção da agenda nacional e no direcionamento das políticas públicas. Sem embargo, a teoria econômica em questão, recusa ser ciência social, pois, negligencia a complexidade das interações sociais. Recorreremos abaixo ao fragmento do texto em que os autores mencionados neste parágrafo se posicionam de maneira crítica a teoria neoclássica:

“Ao que parece a teoria neoclássica desenha um modelo de sociedade onde todos os indivíduos sem exceção compartilham dos mesmos interesses, dispõem do mesmo discernimento e possuem acesso igual às informações e balizam todas as suas ações com base nessas informações. Todos agem de maneira racional e, sem conflitos de interesses, sempre conseguem atingir seus objetivos. A teoria econômica predominante que é ensinada em praticamente todos os centros acadêmicos do mundo parte de situações hipotéticas de equilíbrio econômico. O que se vê na economia neoclássica é uma distorção da escola de economia política inglesa. Se outrora os problemas sociais foram o cerne da discussão, hoje não mais, pois ao que parece os economistas políticos deram lugar aos economistas monetaristas, que se concentram em modelos matemáticos abstratos, inflexíveis e irrealistas. Assim se estabelecem economistas que, ao que parece, se movem por fé



em seus modelos e cujo trabalho serve para legitimar os interesses dos credores produzindo teorias que justificam, por exemplo, as políticas monetaristas que em larga medida beneficiam e garantem ganhos aos credores.” (MORAES, TORRICILLAS, 2013, p. 231).

Conquanto, por terem como alvo maior de suas análises as questões da microeconomia, prevalece a proposta da eficiência da unidade produtiva e melhoria da administração, não se levando em conta muitas vezes a visão do todo, pois se restringem nas questões da saúde à racionalidade do mercado, à análise da indústria do cuidado à saúde, e dos custos da saúde (CARNUT, MENDES, 2018; BRAGA, PAULA, 1981).

“Uma das críticas básicas que se pode fazer aos neoclássicos é esta postura de tudo reduzir a meras dimensões "econômicas"; a escola neoclássica legitima e fornece o instrumental para que nesta sociedade regida pelo lucro e pelos interesses capitalistas, tudo seja reduzido à sua expressão contábil. Saúde reduz-se a simples capacidade produtiva. No caso em questão, o esforço neoclássico para definir as despesas com atenção à saúde como um gasto de investimento - portanto capaz de apresentar um retorno - e não de consumo, mostra a visão capitalista do mundo.” (BRAGA, PAULA, 1981, p. 21).

Filgueiras e Mearman (2018) entendem que a crise geral do capitalismo em 2007, que teve como epicentro novamente a economia dos Estados Unidos, tornou mais evidente a percepção da fragilidade científica da teoria econômica dominante. Os autores prosseguem sua linha de raciocínio, quando denotam que é “inacreditável o distanciamento dos neoclássicos com mundo realmente existente”, esta concepção é firmemente ancorada no trecho do texto destacado abaixo:

“A fragilidade e incapacidade dessa teoria padrão, bem como o seu descolamento da realidade, já era bem evidente para os seus críticos – economistas situados no campo da Economia Política – pelo menos desde os fins dos anos 1980. Desde então, assistiu-se a sucessivas crises financeiras localizadas, que renunciaram a crise geral do capitalismo eclodida em 2007; a sua compreensão e tratamento pela teoria padrão desconsiderou, como parte fundamental do problema, o papel desempenhado pela desregulação dos mercados financeiros e dos fluxos de capitais, iniciada no começo da década de 1970, com o fim do Acordo de Breton Woods.” (FILGUEIRAS; MEARMAN, 2018, p. 144-145).

### **Breves considerações finais**

De posse desses argumentos é possível dizer que neste trabalho, houve o esforço para melhor compreender as questões envoltas sobre a economia política e economia neoclássica sob a condução da obra de referência de Braga e Paula. O ensino da economia da saúde precisa ser revisto, caso se deseje que o econômico ande em consonância com os valores públicos que se deseja à efetivação da saúde enquanto direito social. Este é um desafio para os que se dedicam à docência dos conteúdos das ciências econômicas no âmbito das formações

na área da saúde. Não raro, a polissemia dos termos e suas ancoragens epistemológicas, assim como a variabilidade descrita por diversos autores na literatura científica, dificultam a clareza analítica necessária sobre estes conceitos, especialmente para os que advêm de formações nas áreas mais ‘duras’ da saúde. Nesse sentido, é muito comum os estudantes que se dedicam a estudar a área da economia da saúde terem uma visão parcelar (eminentemente neoclássica) destes conceitos devido a hegemonia deste enfoque do pensamento econômico na saúde nos últimos anos. Quando essa visão hegemônica não coloniza o pensamento econômico a ser ministrado em sala de aula, o que acontece com frequência é emergência sobre a dúvida em qual conceito repousar a análise decorrente da vasta diversidade e imprecisão que os termos detêm devido ao amplo dissenso sobre eles.

Considera-se importante que o pensamento do campo da saúde amplie sua capacidade da análise do contexto econômico e político a longo prazo, e sem dúvida, apenas o pensamento econômico crítico é quem pode fornecer. Assim, torna-se imperioso adotar o pensamento que privilegia a relação essencial entre o ‘político’ e o ‘econômico’, entendendo que ambos fazem parte, em suas essências, das relações sociais constituídas no modo de produção capitalista, proporcionando, assim, um repertório intelectual que muito contribui para superar os limites analíticos, especialmente do campo da Saúde Coletiva, particularmente de alunos de graduação, e especialmente nesse contexto que o momento contemporâneo exige. O entendimento crítico desse processo histórico por meio dos futuros profissionais torna-se fundamental para lidarem com a difícil construção do SUS em tempos turbulentos do cenário contemporâneo econômico e político.

## **Referências**

BERTOLOZZI, Maria Rita; GRECO, Rosângela Maria. As políticas de saúde no Brasil: reconstrução histórica e perspectivas atuais. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 30, n. 3, p.3 80-98, 1996.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência social e trabalho no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

BRAGA, José Carlos de Souza; PAULA, Sérgio Goes de. *Saúde e Previdência. Estudos de Política Social*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

CARNUT, Leonardo; MENDES, Áquilas. Pensamento econômico e a questão da saúde: A contribuição de Braga e Paula para (re)pensar ‘o econômico’ na saúde. In: VII Congresso Online de Gestão, Educação e Promoção da Saúde, 2018, São Paulo – SP, v. 7. p. 1-14.

COUTINHO, Carlos Nelson. Hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.

FILGUEIRAS, Luiz; MEARMAN, Andrew John. Economia política versus economia positiva: proposta de um antimanual de introdução à economia. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 14, n. 50, p. 142-164, 2018.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

KON, Anita. Sobre a economia política do desenvolvimento e a contribuição dos serviços. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 130-146, 2007.

MARSHALL, Alfred. *Princípios da economia*, volume 1. Editora Nova Cultural, São Paulo, 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequencia, 2017.

MENDES, Áquilas e col. A contribuição do pensamento da saúde coletiva à economia política da saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 841-860, 2017.

MENDES, Áquilas. O subfinanciamento e a mercantilização do SUS no contexto do capitalismo contemporâneo em crise. In: II Seminário Nacional de Teoria Marxista: O capitalismo e suas crises, 2015.

MENEZES, Ebenezer Takuno; SANTOS, Thais Helena. Verbetes MEC/USAID. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/mec-usaid/>>. Acesso em: 02 de jun. 2018.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. A teoria marxista do valor-trabalho: divergências e convergências. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 37, p. 47-66, 2013.

MORAES, Thiago Perez Bernardes de; TORRECILLAS, Geraldo Leopoldo da Silva. Por uma nova economia política: notas críticas à teoria neoclássica, ao direito econômico e à política econômica. Uma contribuição epistemológica para os preceitos de globalização contemporânea. *Revista de Direito Público da Economia*, v.11, n. 41, p. 227-238, 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. A ortodoxia neoclássica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 9-20, 2001.

SETELO, José Antônio de Freitas. *Planos de saúde e dominância financeira*. Salvador: EDUFBA, 2018. 397p.

TEIXEIRA, Adriano Lopes Almeida. O lugar dos economistas clássicos na crítica da economia política de Marx: uma abordagem metodológica. XI Congresso Brasileiro de História Econômica, 2015, Vitória, Espírito Santo. Acesso em 10, mar 2019. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_adriano\\_lopes\\_almeida\\_teixeira\\_o-lugar-dos-economistas-classicos-na-critica-da-economia-politica-de-marx-uma-abordagem-metodologica\\_1.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_adriano_lopes_almeida_teixeira_o-lugar-dos-economistas-classicos-na-critica-da-economia-politica-de-marx-uma-abordagem-metodologica_1.pdf)

VIANA, Ana Luiza D'Ávila; SILVA, Hudson Pacífico; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon. Economia política da saúde: introduzindo o debate. *Divulgação em Saúde para Debate*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 7-20, janeiro 2007.